

SESSÕES DO PLENÁRIO

50ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de maio de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora regimental, 14h40, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó (53).

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Ivana Bastos comunicando que, devido a compromissos institucionais agendados, na qualidade de Presidenta da União dos Legislativos Estaduais (Unale), em Palmas-TO, Vitória-ES e Rio de Janeiro-RJ, não participou das Sessões no período de 15 a 18/05/2023.

Do Deputado Rogério Andrade comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 04 e 09/05/2023.

Do Deputado Matheus Ferreira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01, 02 e 16/03, 04, 05 e 17/04/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 44^a, 45^a e 46^a, realizadas, respectivamente, em 9, 10 e 15 de maio de 2023; da 10^a sessão especial, realizada em 11 de maio de 2023; e do Termo de Abertura do dia 18 de maio de 2023.

Em discussão as atas e o Termo de Abertura que acabam de ser lidos. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovados.

Srs. Deputados, antes de passar ao Pequeno Expediente, quero pedir um pouco da sua atenção, deputado Robinson, deputado Penalva, deputado Manuel, deputada Olívia, deputado líder – deputado líder, transmita para os seus liderados –, deputado Alan, deputado Euclides, deputado Pedro Tavares. A forma de abastecimento do combustível na Assembleia está sendo mudada por imposição do Tribunal de Contas do Estado. Então, V. Ex.^{as} já têm consciência de que 40% do valor a que cada deputado tem direito, que é o mesmo valor há décadas nesta Casa, já são em cartão, por imposição não deste presidente, mas por imposição do tribunal, porque só uma empresa na Bahia tem tíquete de papel e os concorrentes, à época, entraram na Justiça como se tivesse havido direcionamento para beneficiar a única empresa que tem os tíquetes combustível.

Então, o Tribunal de Contas do Estado recomendou e este presidente, claro, está seguindo a lei. Dos 40% V. Ex.^{as} já têm consciência, e agora, a partir de agora, os outros 60% já vão ser através do cartão. Quer dizer, não vai ter... a única mudança é essa, em vez de ser em tíquete em papel, será por cartão, por imposição da Justiça.

O.k.?

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente.

O Ser. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Euclides Fernandes: Sr. Presidente, no município de Jequié, por exemplo, lá não existe com facilidade posto que receba o cartão de combustível.

Então, precisa o tribunal, que está impondo isso... V. Ex.^a recomenda ao tribunal que a empresa amplie o número dos postos de combustíveis em que se pode abastecer com o cartão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Essa preocupação, deputado Euclides, já foi levada ao conselho que era o relator desse processo, que conhece a Casa, até porque já foi deputado, conselheiro Gildásio Penedo, para se ver qual é a dificuldade para muitos postos no interior da Bahia não aceitarem o cartão. Vamos levar novamente para ver se a gente chega a algum termo que beneficie a todos.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu peço a atenção de V. Ex.^{as} para que possam ouvir o que eu tenho a dizer neste momento, nesta sessão da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Sr. Presidente, nós tivemos no sábado passado a presença de S. Ex.^a, o governador Jerônimo Rodrigues. Ele foi chegando

lá, mesmo, e fazendo inauguração de uma indústria de beneficiamento da mandioca no distrito de Itajuru. Depois, foi à cidade de Jequié, onde fez a inauguração de uma areninha bastante importante no bairro de Jequezinho.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Ex.^a ouvisse este nobre deputado aqui, na tribuna da Casa.

Na abertura da exposição agropecuária, a 49^a Exposição Agropecuária, que está sendo realizada na cidade de Jequié, no Parque Luiz Braga, o governador participou da abertura da exposição no sábado passado, dia 20, que vai até o dia 28, próximo sábado. E o governador Jerônimo Rodrigues, como sempre, mostrando bastante humildade, simplicidade e muito carinho com a população de Jequié, circulou por todos os estandes instalados na exposição agropecuária de Jequié. Foi uma presença marcante. Mas nós já conhecemos o pique, a energia do governador Jerônimo, que ele tem mostrado ainda em todos os municípios do estado da Bahia, todas as regiões. E uma presença, também muito forte, de trabalho aqui, na capital do estado.

Mas, Sr. Presidente, Sr. Líder do Governo, Rosemberg Pinto, a sua bancada precisa ver sua atenção quando fala um liderado seu da bancada majoritária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Mas, Sr. Presidente, Jequié é uma terra política, já deu dois governadores, Lomanto, que também foi senador, e César Borges, que também foi senador, mas atravessa uma queda na condição de cidade polo, cidade regional do Médio Rio de Contas. Nós perdemos vários espaços. No governo passado, o núcleo de saúde saiu de Jequié e foi para a cidade de Ilhéus; o Inema, que o núcleo era em Jequié, saiu e foi para a cidade de Vitória da Conquista.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, Sr. Líder da bancada majoritária aqui, na Assembleia Legislativa, Rosemberg Pinto, é preciso que V. Ex.^a leve a nossa mensagem ao governador Jerônimo Rodrigues, porque estamos preocupados. Jequié é cidade polo do Médio Rio de Contas e tem perdido bastante espaço. Nós perdemos, também, lá em Jequié o atendimento regional da Coelba. Nós tínhamos o escritório regional na cidade de Jequié e foi transferido para a cidade de Vitória da Conquista; e a receita estadual saiu também do município de Jequié.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma preocupação enorme no que diz respeito a essas perdas porque o município de Jequié tem passado, com órgãos importantes de atendimento regional indo para as cidades de Vitória da Conquista, Ilhéus e Itabuna.

É preciso, Sr. Líder, Rosemberg Pinto, V. Ex.^a abraçar a causa, a reivindicação do povo do Médio Rio de Contas no sentido de retornarem não só o núcleo de saúde...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e o Inema, mas também outros órgãos que no decorrer do tempo foram transferidos para outros polos, outros territórios, como as cidades de Vitória da Conquista, Itabuna e Ilhéus.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pessoas da imprensa, uma saudação aos policiais penais que estão aqui, acompanhando ansiosamente

a votação de seu projeto, resultado de muita luta. Eu queria, aqui, ressaltar o nosso acompanhamento dessa situação, que deve ter um fim, possivelmente, nesta tarde.

Mas, Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para tratar de três questões: primeiro, fazendo uma grande saudação à população de Bom Jesus dos Passos. V. Ex.^{as} acompanharam aqui, com certeza, através desta tribuna e, principalmente, da imprensa, os processos de mobilização da população de Bom Jesus dos Passos, deputada Ludmilla, que estava passando por uma situação lamentável.

Existe um verdadeiro cercamento da Baía de Todos Santos feito por uma instituição chamada Bahia Viva, de um grupo empresarial muito forte daqui, da Bahia, que simplesmente, numa articulação com a prefeitura, construiu um píer privado e queria obrigar a população a pagar R\$ 25,00 para sair e entrar na ilha, caso não fosse a pessoa da família que tivesse o comprovante de residência. E mesmo com o comprovante, pagaria uma taxa de R\$ 0,60. Fora isso, os familiares e todos os outros teriam que pagar R\$ 25,00 de pedágio para entrar e sair da ilha.

E existia um terminal marítimo que há mais de 2 anos já estava pronto, estava pronto e sem inauguração. A população se mobilizou, nós repercutimos essa situação, e agora, nesse final de semana, o governador Jerônimo finalmente inaugurou um terminal que estava há 2 anos sem funcionamento, e sem explicação. Só existia um boato de problema técnico em relação a esse terminal e o não funcionamento. Tudo indicava que esse grupo econômico conseguiria chantagear a população, mas o povo de Bom de Jesus dos Passos é um povo guerreiro. O povo de Bonja, como carinhosamente definem os moradores e as pessoas que admiram aquela ilha tão aprazível, tão acolhedora, foi para as ruas, foi para a luta e mostrou, mais uma vez, que só a luta muda a vida.

Nós precisamos discutir muitas situações da Baía de Todos os Santos, mas temos que comemorar essa vitória, a inauguração, depois de 2 anos sem funcionar, sem qualquer explicação, do terminal marítimo público, que não vai cobrar nada à população para entrar e sair, como se deve fazer com qualquer bairro da cidade de Salvador.

Parabéns, Bonja! Estamos nessa luta e nas outras que virão para afirmar a soberania do nosso povo.

Sr. Presidente, queria, também, rapidamente fazer uma referência à nossa audiência pública – parabéns à deputada Olívia, que presidiu essa audiência pública – da nossa Comissão de Educação sobre a questão do desenvolvimento da Bahia em suas regiões e as nossas universidades. Uma audiência espetacular sobre as consequências positivas da pesquisa e da extensão. E eu tenho que falar rapidamente sobre isso.

Apesar de todos os elementos que demonstram o potencial das nossas universidades para tirar a Bahia dessa condição de 7ª economia e 22º estado em condições sociais de vida, nós ainda convivemos com o bloqueio da autonomia universitária. Não existe autonomia universitária sem autonomia dos recursos, e, hoje, o que nós temos é um contingenciamento de mais de 50% do orçamento da universidade, dos recursos orçamentários da universidade. A universidade, por lei, tem direito a esses recursos, e vive, hoje, em um estado de absoluta penúria. Um conjunto de situações que poderiam estar resolvidas não estão por causa dos famigerados decretos de contingenciamento, que não podem ser renovados por Jerônimo. Será uma contradição, a meu ver, letal para o governo Jerônimo, um governador que é um professor universitário, entende o significado disso, reeditar esses decretos e sufocar, mais uma vez, a autonomia da universidade.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Por falar em educação, só para concluir, Sr. Presidente, quero marcar aqui a luta, mais uma vez, das professoras, dos professores, coordenadores pedagógicos, do conjunto dos profissionais de educação do município de Salvador que permanece em luta pela garantia do piso nacional. O acúmulo de perdas, hoje, no município chega a 68%. Nós tivemos um reajuste do piso, que foi de 14,95%, quase 15%, e o prefeito Bruno Reis, simplesmente, diz que quer dar um percentual de 5,6%, e isso é inaceitável. Assim como é inaceitável que o prefeito Bruno Reis não tenha devolvido o auxílio alimentação das professoras, que foi, a meu ver, retirado, foi usurpado no período da pandemia, junto com o auxílio alimentação da população. Não podemos aceitar situações como essas.

O questionamento da educação de jovens e adultos. Há um TAC que precisa ser implementado: as chamadas auxiliares...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de desenvolvimento infantil para as crianças que possuem deficiência no município de Salvador e que, hoje, não têm o acompanhamento das auxiliares de desenvolvimento infantil.

Um conjunto programático estará sendo discutido amanhã, pela manhã, numa grande assembleia para discutir os rumos do movimento. E eu quero dizer que o prefeito Bruno Reis e o seu secretário, Tiago Dantas, têm a responsabilidade de hoje, à tarde, apresentar uma proposta que seja digna para essa categoria, que no dia a dia defende a educação e que precisará fazer um grande processo de mobilização caso a dignidade da educação, dos estudantes, das famílias de Salvador não seja respeitada pelo prefeito Bruno Reis.

Todo apoio à luta. Estamos de olho na negociação e amanhã estaremos na assembleia, junto com essa categoria que é tão fundamental, e tão guerreira, para a qualidade da educação no município de Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Bobô.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, deputados e deputadas.

Sr. Presidente, dia 28 deste mês de maio, domingo, o município de Senhor do Bonfim comemora mais um aniversário, os 138 anos de emancipação política. E, é claro, não poderia deixar de fazer esse registro aqui, nesta Casa, pela importância do município, por ser a minha cidade, a minha casa. Quero, aqui, desejar a todos os meus conterrâneos bonfinenses que tenhamos mais 1 ano em busca de investimentos, de desenvolvimento. É importante a gente salientar que em 138 anos de história a cidade tem, evidentemente, evoluído em algumas questões importantes e em outras ainda deixa muito a desejar. Mas é importante salientar que nessa caminhada sempre estivemos ao lado dos bonfinenses, levando investimentos, discutindo temas importantes, temas relevantes.

E algumas conquistas nós temos que estar, evidentemente, comemorando aqui. Uma das mais importantes é a questão da saúde regional, em que nós, através do apoio do ex-governador Rui Costa e do atual governador, Jerônimo Rodrigues, conseguimos fazer investimentos no hospital. Avançamos e melhoramos a qualidade da saúde regional daquele território, especialmente de Senhor do Bonfim, implantando leitos de UTIs no

Hospital Regional. Avançamos também nas cirurgias ortopédicas. Recentemente fizemos a primeira cirurgia ortopédica do município. Como é um hospital regional, nós estamos também avançando na questão da regulação. Então, houve avanços bastante significativos nessa área.

Estamos terminando, agora, um investimento de mais de R\$ 100 milhões no que se refere ao saneamento básico. Ou seja, a primeira etapa do saneamento será concluída agora e em mais uns 15 a 20 dias nós entregaremos essa etapa. Vamos começar uma outra etapa, com mais 55 milhões de investimentos em nossa cidade Senhor do Bonfim; depois, teremos a última etapa. Então, há um avanço, realmente, bastante expressivo com relação à infraestrutura do município.

Também entregaremos no mês de julho, se tudo correr bem, o aeródromo de Senhor do Bonfim, o aeródromo regional, um investimento de quase 30 milhões do governo do estado da Bahia. Eu tenho a expectativa de que vai gerar desenvolvimento regional, especialmente para a cidade.

Investimos bastante na área da agricultura familiar. Talvez, tenha sido um dos municípios da Bahia que mais avançou em investimento na agricultura familiar, não só na questão da mecanização, mas também na questão das agroindústrias. Então, potencializamos muito o desenvolvimento através da agricultura familiar na nossa querida cidade de Senhor do Bonfim.

São alguns pontos de investimentos. Recentemente, mais um investimento que faremos não é só em Senhor do Bonfim, mas Jaguarari, Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves e Pindobaçu, com um investimento de mais de R\$ 22 milhões em uma área chamada Rota Turística, margeando as serras de Jaguarari e de Senhor do Bonfim. Então, há um volume expressivo de investimentos por parte do governo do estado da Bahia.

Existe uma preocupação enorme do nosso governador Jerônimo Rodrigues. Inauguramos – e o presidente esteve presente – a nova escola em tempo integral, a escola profissionalizante, também, em Senhor do Bonfim. Portanto, comemoram-se 138 anos de emancipação política, no dia 28, com muitos investimentos feitos, principalmente pelo governo do estado.

Então fica o meu registro de que continuaremos firmes e fortes em busca de investimentos, agora, também, com um parceiro de primeira hora que será o nosso presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Portanto, nós teremos também mais investimentos, não só do governo da Bahia, mas, também, haverá investimentos do governo federal na nossa querida cidade Senhor do Bonfim.

Parabéns, Senhor do Bonfim! Parabéns pelos seus 138 anos de emancipação política!

Continuaremos firmes e fortes, presidente, ao lado dos bonfinenses para gerar desenvolvimento, emprego e renda para todos.

Um abraço!

Obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): E, também, deputado Bobô, você me botou no meio, até porque eu tenho uma participação nessa estrada, lá, em cima das serras.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, companheiros das galerias, venho a esta tribuna para fazer a minha saudação e o agradecimento às 19 cidades que participaram da nossa audiência pública realizada hoje. No evento, discutiu-se a necessidade de mais políticas de valorização das quadrilhas juninas. Este é um tema muito mobilizador. Eu mesma fiquei muito impressionada com a quantidade de municípios presentes na manhã de hoje. Acho, deputada Ludmilla, que a gente acabou subestimando a dimensão dessa audiência, pois tivemos 19 municípios como Jiquiriçá, Santo Amaro, Lapão aqui presente, Irecê etc.

Então, foram muitos, de fato, os municípios presentes que saúdam, claro, o edital de apoio às quadrilhas. O edital foi lançado pela Sufotur (Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia). Isso é muito importante. Foram R\$ 500 mil destinados às quadrilhas, mas, claro, elas precisam de muito mais.

É muito difícil ver quadrilhas como a Asa Branca, tendo uma grande dificuldade de se colocar, sair e participar mais amplamente do São João. E a gente sabe que as festas juninas, elas são festas típicas e características da nossa Região Nordeste. Não dá para pensar o São João sem pensarmos no forró pé de serra e no Trio Nordestino.

Eu sei que a Sufotur tem investido também nos trios nordestinos, mas não podemos ter uma política que tenha um investimento que ainda seja alguém daquilo que essas quadrilhas e essas expressões culturais precisam e merecem.

Há uma grande preocupação com a carnavalização do São João. Eu penso que o estado como a Bahia deve, sim, garantir a festa típica. A gente já tem uma lei que garante o percentual de atrações do forró no São João. Aproveito até para saudar Del Feliz, Telma e toda família do nosso querido Zelito Miranda, saudoso Zelito Miranda. Teve, também, um tributo a Zelito no Pelourinho, bombado, com muita gente, multidão, apesar da chuva.

Mas são elementos que comprovam a nossa cultura junina está aí, ela se sustenta nas comunidades populares, nas favelas e nos bairros populares, e elas precisam de mais investimentos públicos, de uma legislação de apoio às quadrilhas juninas. Há a necessidade de suporte para garantir investimentos mais vigorosos, porque essa expressão não pode sair.

Sr. Presidente, eu quero me solidarizar e, ao mesmo tempo, saudar os policiais presentes. Nós vamos ter também os agentes presentes.

Gostaria de dizer que eu quero me solidarizar com o nosso servidor Rafael, o presidente da Assalba, que perdeu o seu filho, um policial morto em um assalto. De fato, foi uma consternação muito grande aquela situação absurda, tão banal, que coloca em xeque a nossa condição civilizatória.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

De repente, em um assalto, há um gesto de reação armada, e aquele cidadão já não está mais entre nós.

Então, é uma situação gravíssima, porque nós temos de, coletivamente, contribuir com o enfrentamento da cultura da violência para, de fato, erguer este grande projeto educacional e cultural na nossa Bahia.

Tenho muita esperança e muita fé de que, neste pós-Covid, com a chegada também do presidente Lula...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que a gente vai poder investir mais nas nossas periferias para dar outra perspectiva de vida para a nossa juventude, a fim de que ela não caia nas armadilhas da marginalidade.

Então, fica aqui o nosso registro de solidariedade e o nosso abraço de acolhimento ao querido Rafael.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Antes de chamar o próximo orador, gostaria de dizer algo.

Deputado Samuel, queria parabenizar o seu partido, inicialmente. Quando faz coisa boa, eu elogio. Vi a propaganda do Republicanos favorável à reforma tributária. Estou elogiando o Republicanos de público. Claro, há outros partidos, mas não vi os outros ainda.

Bem, 170 países do mundo, deputado Luciano, já fizeram a reforma tributária. Com algumas mudanças, vem um resultado. Então, a gente espera, pelo Brasil, que a maioria dos deputados, em Brasília, vote a favor da reforma tributária, ainda durante este semestre. É o que eu espero.

O Sr. Samuel Júnior: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Samuel Júnior.

O Sr. Samuel Júnior: Sr. Presidente, muito obrigado pela colocação.

E o senhor viu que, ao final da propaganda do partido, sempre, diz o seguinte: “Venha ser 10.” O convite está estendido, também, a V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim, mas quando eu for contra, deputado Leandro, também... Eu soube que o Republicanos, deputado Alan, é contra os jogos. Então aí já tem o meu... Qual é o termo? Não é repúdio, mas eu não concordo. Claro, respeito, pois nós estamos numa democracia. Até porque eu não jogo nada, não. Essa é só uma questão do que eu acho.

Deputado Alan, é isso que eu não consigo entender, mesmo respeitando a democracia, é claro. De 193 países do mundo, em 190, deputado Samuel, o jogo é oficialmente permitido para se pagar impostos e gerar empregos. No Brasil, oficialmente, não existe jogo, mas todo mundo joga. É banca de jogo dentro do quartel, é cassino em tudo quanto é lugar, é loteria de tudo quanto é jeito, sem pagar impostos.

Então eu sou... Vejam, 190 países não estão errados, a meu ver. Quem está errado é a minoria de três países, inclusive o Brasil. Por isso, eu torço. Não tenho um cassino. Não jogo. Mas sou favorável à regulamentação do jogo, que é uma lógica. No mundo inteiro, 99% dos países têm jogos. Quem está certo? São 190 países ou são três países, deputado Jordavio, que não possuem jogos? Isso serve para gerar renda, gerar emprego oficialmente.

Então, quando o Republicanos estiver correto, a meu ver, como na reforma tributária, tem aqui o meu elogio. Está bom? Mas isso faz parte da democracia.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pedro Tavares.

O Sr. Pedro Tavares: Agora é Marquinho Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Marquinho chegou atrasado. (Risos)

O Sr. Marquinho Viana: Sou eu.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Roberto Carlos, V. Ex.^a deixa o deputado Marquinho falar?

Com a palavra o deputado Marquinho Viana.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colega deputados, já se passaram várias terças-feiras, e essa PEC não entra na pauta. Essa PEC é de interesse desta Casa e do governo do Estado.

Mas, antes de falar sobre a PEC de nossa autoria, eu queria só deixar registrado, nobre presidente, nos Anais desta Casa, as presenças dos políticos de baianos. Há os vereadores de Ituaçu. Está, ali, a câmara completa. Há o presidente Almir mais os vereadores Zé Paixão, Cesar do Povo, Ronaldo, Joelzinho, Nei de Tranqueiras. Bem, veio a turma completa. Há também mais dois vereadores de Contendas do Sincorá.

Sr. Presidente, V. Ex.^a já está apto a incluir, na pauta de hoje, a PEC que trata sobre emenda individual dos deputados estaduais. O tema já foi acordado com o governador Jerônimo, já acordado com toda a sua equipe, acordado com os líderes deste Parlamento, os líderes das Maioria e Minoria.

Então V. Ex.^a deveria, nobre como V. Ex.^a é, incluir na pauta para votarmos, hoje, em primeiro e segundo turnos, esta PEC que irá aumentar as nossas emendas individuais impositivas de 0,33% para 0,70% e, no ano posterior, 1%. Ainda assim, o estado da Bahia vai ficar com o menor valor de todos os estados da Federação.

Então, nós estamos ansiosos para V. Ex.^a colocar esta PEC na pauta, uma vez que os líderes já assinaram a dispensa das formalidades para tramitação desta PEC, que foi iniciada nesta Casa pelo nobre colega e deputado Euclides Fernandes. Foi ele quem apresentou a primeira, que está em vigor no índice de 0,33%. Agora, há o nosso pedido de alteração para 0,70% e, depois, 1% da receita corrente líquida.

O Sr. Júnior Muniz: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. MARQUINHO VIANA: Um aparte para o nobre deputado Júnior.

Estamos no Pequeno Expediente, mas pode falar. Eu deixo você falar.

O Sr. Júnior Muniz: Deixa? (Risos)

Só parabenizar V. Ex.^a. A PEC era para ser votada na semana passada, mas V. Ex.^a não estava na Casa. Tenho certeza de que os líderes entenderão e colocarão em votação. E lhe parabenizo pela proposta. O senhor é um deputado atuante nesta Casa. Por isso, tem o meu apoio.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Então, nobre presidente, Srs. Deputados, para concluir, acho que nós temos o número de 38 deputados para votarmos a PEC nº 167. Os deputados estão na sala do cafezinho. Uma grande maioria está sentada ali.

Eu faço um apelo aos nobres colegas: se nós não votarmos hoje essa PEC, não votarmos projeto nenhum. Eu sou a favor de a gente não dar mais a presença enquanto o presidente não incluir, na pauta, essa PEC, que já está assinada pelos dois líderes das Maioria e Minoria, concedendo a dispensa das formalidades.

Temos de votar em dois turnos: o primeiro e o segundo. Devemos convocar uma sessão extraordinária para, após o término desta, aprovarmos esta PEC, porque, com esse

recurso no Orçamento, iremos levar mais obras e benefícios para os municípios que nós representamos neste Parlamento.

Então, era só isso, por enquanto.

Muito obrigado pela tolerância, nobre presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o nobre líder Alan Sanches. (Silêncio) Felipe Duarte. O deputado Robinho vai falar? (Silêncio) O deputado Alan irá falar. Depois, Robinho, será V. Ex.^a.

O Sr. ALAN SANCHES: Presidente, deputadas e deputados, vejam bem, na semana passada, nós tivemos uma grande discussão sobre o reajuste que o governador encaminhou para esta Casa com o índice de 4%, de forma linear. Só que, naquele mesmo pacote encaminhado, foram 14 projetos, na semana passada. Dentre esses, o governador Jerônimo encaminhou um projeto que aumenta a alíquota de contribuição do servidor com relação ao Planserv. Quem receber até R\$ 10 mil vai ter um acréscimo, um aumento na sua contribuição, pois vai pagar a mais 4% dessa contribuição. Quem tiver o salário acima de R\$ 10 mil terá o aumento de 8% na contribuição para o Planserv. Então ficará este reajuste do Planserv, projeto que será votado hoje, nesta Casa, pois há uma solicitação de urgência pelo líder do Governo.

Hoje, se V. Ex.^{as} puderem fazer a conta, verão que o reajuste linear não chega nem a 4%. Digo isso porque ele dá 4% de aumento no reajuste. No entanto, ele vai tirar, entre 4% e 8%, na contribuição para o Planserv. Então, diria a vocês que o reajuste fica em torno de 3,8% e 3,9%, que foi o reajuste dado ao servidor, que não fez nem a recomposição inflacionária do ano passado de 6%.

Dito isso, o tema principal, hoje, nesta Casa, é o Planserv. Quando me perguntam: “Ah, mas é muito pouco!” Alguns deputados do Governo estão dizendo que esse aumento do reajuste é muito pouco. Agora, é pouco para quem, gente? Para quem é pouco retirar entre 4 e 8% e aumentar o índice de uma contribuição? Quem acha isso pouco? Como alguém do Governo pode chegar a dizer que essa contribuição é pequena, quando ele não vai pagar?

Contarei uma história. Por ser médico, uma vez receitei uma medicação e não dei as duas vias, dei somente uma via. Nesse caso, ele não poderia pegar na Farmácia Popular. O paciente chega para mim e pede: “O senhor me daria as duas vias do medicamento?” Eu lhe respondi: “Não, pode pegar em uma Farmácia Popular, pois isso custa R\$ 1,00. É barato.” Aí, o paciente me disse: “Mas é barato para o senhor.” E eu estou falando, neste momento, de R\$ 1,00.

Então, o que é barato e o que é caro não cabe a mim julgar, quando eu não estou envolvido. Então não cabe a ninguém do governo nem a deputado do Governo avaliar que isso são baratas as contribuições serão de 4% a 8%. Não acho justo! Eu acho que o plano do servidor, o Planserv, ele é um benefício que o governo tem de subsidiar, sim, ao seu servidor. O Planserv dá qualidade de trabalho, dá qualidade de assistência médica, pois, hoje, além dessa contribuição, o servidor não tem.

Hoje, eu estive conversando com deputado Robinho. Nós debatíamos justamente sobre isso. Vocês imaginem a qualidade do atendimento do Planserv. É bom? É! Mas só quando você consegue.

Existe uma coisa estabelecida no governo do atual ministro Rui Costa. Ele dizia o seguinte: “Agora é pacote”. Eu vou para Alagoinhas, se eu tiver o Planserv e adoecer lá, pode ser que a clínica ou o hospital já tenham a sua cota vencida, e pode ser que eu não tenha atendimento.

Se eu precisar fazer um procedimento de urgência... Eu digo que eu preciso de uma certa urgência para resolver aquele procedimento, aquele tratamento, eu dependo da cota do Planserv estar liberada para aquela determinada instituição ou não.

Então, a partir do momento em que você começa a querer fazer uma coparticipação, entre aspas, entre o paciente, quer dizer, entre o servidor e a instituição, fica complicado. Esse plano tem de ser subsidiado pelo governo do estado, e não tem de ser bancado pelo servidor.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Não tem cabimento, porque o servidor não conseguirá bancar esse plano de saúde.

Sendo assim, eu queria pedir atenção de V. Ex.^{as}, porque esse assunto será debatido exaustivamente hoje aqui na Casa e nós não podemos aceitar esse reajuste, esse aumento de 4% a 8% que será abocanhado do salário do servidor.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, colegas, presidente Adolfo, Polícia Técnica aqui presente. Eu quero me direcionar também à imprensa aqui presente.

Eu quero comentar um acontecimento no município de Nova Viçosa sobre um grande artista plástico que se chamava Frans Krajcberg. Frans Krajcberg nasceu na Polônia, mas era de descendência judaica. Frans escolheu, quando esteve foragido da 2ª Guerra Mundial, ir parar no município de Nova Viçosa, onde se tornou um dos artistas plásticos mais bem reconhecidos, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Eu posso até relatar aqui, juntamente com o líder do Governo, Rosemberg Pinto... Eu quero aqui, através do líder Rosemberg, pedir que ele leve essa mensagem até o governador, porque o artista plástico Frans Krajcberg, no final de sua vida, já com mais de 95 anos de idade, resolveu doar todo o seu patrimônio para o estado da Bahia e fez um testamento, uma doação para o governo da Bahia. Na época, eu ainda estava na Base do Governo, estive, juntamente com Frans, com o então governador Jaques Wagner, e Frans doou todas as obras de arte, apartamento na França, apartamento no Rio de Janeiro, o Sítio Natura e uma propriedade no município de Nova Viçosa, doou tudo para o estado.

A única condicionante que Frans Krajcberg pediu foi para que se mantivesse o seu museu, com suas obras de arte, ali, no Sítio Natura, no município de Nova Viçosa. E, logo depois da sua morte, o então governador Rui Costa, com mais de 20 caminhões-baú pegou todas as obras de arte e trouxe aqui para Salvador. Eu fico muito triste porque aquilo tinha um significado, uma significância muito grande para a cidade de Nova Viçosa, como valor histórico e cultural para que aquelas pessoas que admiram as obras de arte de Frans Krajcberg pudessem ir lá, in loco, visitar essas obras. E tudo isso veio aqui para Salvador. Podiam deixar uma parte aqui e uma parte lá.

Eu queria conclamar o governador Jerônimo para que analisasse essa situação, analisasse a condicionante do então artista plástico quando ele doou o seu patrimônio para

o estado, já que não tem herdeiro, para que fizesse a sua vontade. Tem dinheiro em conta, e muito dinheiro, e isso tudo passou para o estado.

Existem várias empresas, como o Banco Itaú, a Natura, como também a Suzano Papel e Celulose, que querem administrar esse museu. Elas podem custear a manutenção da abertura desse museu, que vai ter um significado histórico, cultural, artístico e turístico para a cidade de Nova Viçosa.

Então quero conclamar o governador para que ele possa prestar atenção nessa doação, nessas condicionantes, para que ele possa deixar essa história que faz parte não só de Krajcberg, mas da cidade de Nova Viçosa.

Um abraço, muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Parabéns, deputado Robinho, pode contar com este presidente. Não conheço o grande artista polonês radicado no Sul da Bahia, não sei o que houve, mas, se isso aconteceu, vamos procurar corrigir. Pode contar com este presidente.

É um absurdo que uma riqueza cultural dessa, deixada por esse grande artista, não tenha tido utilidade nenhuma e que não tenham obedecido o seu desejo e a função para a qual ele a deixou antes de falecer.

O Sr. ROBINHO: Presidente, o Rosemberg esteve comigo lá e ele pode relatar para V. Ex.^a a presença que ele teve. Ele visitou, viu as obras, e ele pode colaborar. O que Nova Viçosa quer não é tudo, pois são mais de 700 obras, mas que pelo menos uma parte da história fique na cidade.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): No mínimo, claro. Pode contar com este presidente, deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu gostaria de parabenizar o nosso colega, deputado Laerte do Vando, porque ele aniversaria hoje, mais tarde ele vai fazer o convite do jantar, logo mais, depois da sessão. Parabéns, Laerte! Muita saúde, muita paz, muitos votos ainda não, está longe, faltam 3 anos e meio.

Com a palavra o deputado Manuel Rocha.

O Sr. MANUEL ROCHA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, eu venho aqui a esta tribuna para agradecer aos nossos colegas deputados e deputadas da CCJ, em especial o deputado Júnior Nascimento, pela aprovação de um projeto de nossa autoria – o parecer foi aprovado hoje –, que propõe a redução da carga horária dos servidores públicos estaduais com deficiência e dos servidores que tenham cônjuge, filhos ou dependentes com deficiência.

Essa redução de carga horária se dará em até 50%, a depender da perícia médica. Já é uma lei federal que está em vigência para os servidores públicos da União. Também o STF, no mês de dezembro passado, já determinou, por analogia, a aplicação dessa lei a todos os servidores públicos estaduais e municipais de todo o país.

Por isso é um grande avanço que nós possamos ter, no ordenamento jurídico estadual, esse projeto de lei, que já é um direito assegurado aos servidores públicos estaduais, mas, por conta de não existir essa norma no nosso ordenamento jurídico, os servidores têm de recorrer ao Poder Judiciário para assegurar esse direito.

Então, com o parecer já aprovado na CCJ, eu peço ao líder do Governo e ao líder da Oposição que coloquem esse projeto, por acordo, em votação, para que a gente possa garantir esse direito aos servidores públicos estaduais.

Era isso que eu tinha para falar, presidente. Muito obrigado.

Quero aproveitar para parabenizar o nosso colega Laerte. Cadê Laerte? Parabéns, meu irmão, que está aniversariando hoje!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Roberto Carlos.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, imprensa, funcionários, estou vindo hoje, aqui, a esta tribuna, para fazer um registro muito especial.

É que, nos dias 18, 19 e 20 de maio, aconteceu, em Juazeiro, a feira de saúde promovida pelo governo do estado, através da Secretaria da Saúde, da secretária Roberta Santana. A pedido deste parlamentar, essa feira, Sr. Presidente, foi instalada na Orla II de Juazeiro e, pasmem os senhores, uma feira com uma megaestrutura de profissionais de saúde, além de contar também com uma megaestrutura de equipamentos de primeira geração para atender às pessoas, não só de Juazeiro, mas também de toda a região do Vale do São Francisco.

Pasmem, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, essa feira, deputada Ludmilla, atendeu mais de 20 mil pessoas com vários procedimentos, entre eles, cirurgias eletivas importantíssimas que, muitas vezes, o cidadão passava 1 ano, 6 meses, 7 meses, para fazer, por exemplo, uma cirurgia de vesícula, uma cirurgia de histerectomia, uma cirurgia de hérnia. E, em 2 dias, precisamente, foram feitos mais de 20 mil procedimentos na cidade de Juazeiro, através da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia, que tem à frente Roberta Santana.

E, mais ainda, Sr. Presidente, não só as cirurgias eletivas, como disse antes, de histerectomia, de vesícula, de catarata... Uma cirurgia de catarata, de um olho, em Juazeiro, custa, aproximadamente, em média, R\$ 5 mil, e muita gente fez essa cirurgia em Juazeiro de graça, sem pagar R\$ 0,01.

Por isso eu quero aqui reafirmar o meu compromisso com o governo do estado, um governo que cuida das pessoas de maneira especial, porque não tem uma obra do ser humano que seja mais importante do que a obra de cuidar das pessoas. Nisso, o nosso governador está se especializando, em cuidar das pessoas, tendo em vista que essa feira de saúde, que aconteceu em Juazeiro e que, anteriormente, aconteceu na cidade de Filadélfia, contou com mais de 20 mil procedimentos, atendendo às pessoas na cidade de Juazeiro.

Vários exames também foram feitos, por exemplo, ultrassonografia, mamografia, eletrocardiograma e tantos outros. E o melhor, Sr. Presidente, é que essas 20 mil pessoas passaram pouco tempo em uma fila. Eu quero aqui, mais uma vez, parabenizar a Secretaria da Saúde do Estado pela agilidade, pelo tratamento que deu à população do Vale do São Francisco e de Juazeiro, em agilizar, na sua rapidez, não só os procedimentos que foram feitos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que são de grande valia, mas também o tratamento que foi dado às pessoas nas filas, que não duraram muito tempo. Deram também estrutura de água, cobertura com toldos... Realmente, Sr. Presidente, é de se tirar o chapéu.

Eu quero, mais uma vez, registrar a minha felicidade, falar que o meu mandato tem um valor importante para o Vale do São Francisco e eu me sinto contemplado em chamar o governo do estado, através da Secretaria...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Saúde do Estado da Bahia para ir a Juazeiro, para atender a mais de 20 mil pessoas com vários tipos de procedimentos de saúde, para atender àquelas pessoas que necessitam da ação do governo do estado. O governador Jerônimo Rodrigues, mais uma vez, mostrando que a sua responsabilidade com os mais simples vai prevalecer neste governo.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente.

Não há orador inscrito.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Presidente, eu quero começar informando que, na nossa audiência pública sobre o papel das nossas universidades estaduais para o desenvolvimento da Bahia, especialmente no que concerne à questão das regiões, muitos elementos sobre assistência e permanência estudantis vieram à tona.

A situação das nossas universidades, do ponto de vista da capacidade de garantir o direito dos estudantes frequentarem as universidades, é extremamente difícil. Algo que não consegue entrar na minha cabeça, por exemplo, é como nós temos uma rede com milhares de escolas estaduais, todas elas com alimentação escolar, e nós não conseguimos garantir, o governo do estado não consegue garantir um RU, um restaurante universitário, para 27 universidades no estado da Bahia, quando os potenciais dessa alimentação para os estudantes e para a comunidade universitária seriam maravilhosos!

Pensem aí, nas nossas universidades estaduais espalhadas por essa Bahia, a relação com a agricultura familiar, com os sistemas agroflorestais, uma alimentação de excelente qualidade que poderia estar na mesa das pessoas nas universidades, estimulando a imensa agricultura dos pequenos. Tudo isso, inclusive, tendo a possibilidade de se fazer todo um trabalho de pesquisa e extensão. Aliás, as universidades já fazem esse trabalho de pesquisa e extensão relacionado à questão alimentar, tudo isso poderia estar à disposição dos nossos estudantes. Mas não tem, não existe uma rede de restaurantes universitários no estado da Bahia, por exemplo.

Então são questões como essa que vão estar na pauta da nossa audiência pública sobre o Mais Futuro, uma bolsa estudantil que hoje está em R\$ 300. Nós precisamos de reajuste e ampliação dessa bolsa, porque, além de serem pífios R\$ 300, eles só valem para 8 meses do ano. Imaginem! Como é que o estudante vai se sustentar, saindo da sua cidade e tendo de garantir a sua sobrevivência com uma bolsa desse tipo? Levantaremos questões como os critérios para a concessão da bolsa. Um dos critérios é que o estudante curse disciplinas que, em boa parte das nossas universidades, estão sem professores que...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) as lecionem. Então são situações como essas que vão estar em nossa audiência pública, que foi adiada para a próxima semana. Nós faríamos nesta semana, mas, em função da greve dos rodoviários, que é iminente, nós vamos ter de fazer na semana que vem.

Acho que toda a Casa deve se envolver com esse debate sobre a questão do Mais Futuro, sobre assistência e permanência estudantis, porque as nossas universidades são centrais. E são os estudantes que levam o resultado dessa centralidade para os seus municípios espalhados por essa Bahia, em 417 unidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Longa vida à nossa universidade! Vamos fazer o debate para que ela seja cada vez mais valorizada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, eu teria muitos assuntos para falar nesta tarde, a começar pela conjuntura internacional, com a viagem do nosso querido presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se tornou uma referência nessa conjuntura de crise.

Lamentavelmente, algumas vozes no país, algumas cabeças, algumas inteligências não entenderam ainda o papel do Brasil, junto com a Índia, com a África do Sul, com a China, que pode jogar esses países na conjuntura, no equilíbrio internacional. Mas eu vou deixar esse assunto para outra ocasião.

Eu queria, Sr. Presidente, nessa breve intervenção, falar da importância desse tema do nobre deputado Robinho sobre a memória e o Museu do Frans Krajcberg. Eu, nos meus momentos de recesso, procuro, na medida do possível, conhecer a Bahia, até por conta do meu ganha-pão, que foi o ensino de História durante 35 anos. Eu conheço do Extremo Sul da Bahia ao Norte, a fronteira com o Piauí, aqui, o litoral, visitando os lugares.

Por exemplo, Sr. Presidente, não é possível que não se conheça o Prado, a Barra do Rio Cahy, porque foi lá que os portugueses avistaram, pela primeira vez, o Monte Pascoal. Em Porto Seguro, ninguém vê o Monte Pascoal, você procura, mas não é em Porto Seguro, é no Prado, na Barra do Rio Cahy. E não tinha nenhum marco. Felizmente, agora, já apareceu um marco lá com o mapa e tal. Da mesma forma, o Museu do Frans Krajcberg, é preciso valorizá-lo.

Eu estive lá, Sr. Presidente, em visita, e nesse contexto da memória e da história do nosso país, do nosso estado, é bom lembrar o nosso 2 de Julho. Eu queria parabenizar V. Ex.^a, presidente, o nosso diretor legislativo, o nosso superintendente e a equipe do Memorial da Assembleia Legislativa, por estarem realizando um seminário sobre o 2 de Julho, e lá eu estive nas duas conferências que foram organizadas.

Queria solicitar publicamente do nosso presidente Adolfo Menezes, da Mesa Diretora, que, durante este ano, possamos reforçar a memória do 2 de Julho. O presidente já autorizou a edição de sete livros com o tema “2 de Julho”, mas há um acervo, os próprios pesquisadores daqui da Assembleia Legislativa, do Memorial, eles descobriram o local da primeira reunião, da primeira assembleia, da primeira representação popular da Bahia, que foi a Assembleia Provincial, ali no Convento do Carmo.

E lá há, exatamente, alguns móveis, segundo os nossos técnicos aqui, os nossos pesquisadores da ALBA, há aquele cenário. Então, seria muito importante que os partidos reforçassem essa solicitação junto ao nosso presidente, prezado Hilton Coelho, V. Ex.^a que também é historiador, professor de História, para que a gente pudesse resgatar a memória do Legislativo da Bahia, inclusive editando as primeiras falas, as primeiras atas que os nossos pesquisadores encontraram.

Anos atrás, por aqui estive, ainda na ativa, não tinha cargo nenhum, atrás da nossa memória. Infelizmente, a coleção de diários oficiais, a coleção do Diário da Assembleia se perdeu, se queimou, mas há ainda, em algumas instituições, esse acervo. Então, aproveitando esse tema do 2 de Julho, vamos, ainda neste ano, comemorar e editar importantes obras, sobretudo aquelas referências do Legislativo, que foi o Poder que começou a independência.

Quem construiu a independência do Brasil foram as câmaras de vereadores daqui da Bahia, de Santo Amaro, de Cachoeira, foram os conselhos que disseram que Dom Pedro tinha que ficar e se separar de Portugal.

A história nunca acaba, a história sempre volta. Por isso, comemorar o 2 de Julho é também comemorar a democracia e a liberdade do povo da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É... questão de ordem... Rosemberg, eu vou suspender a sessão, depois Robinson fala.

(...) Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, o deputado Robinson está ali para falar, mas eu queria pedir o seguinte, hoje, aqui, eu fiz um acordo com o deputado Alan Sanches com relação ao voto da PEC da Polícia Penal...

(As galerias se manifestam com palmas.)

(...) É uma PEC que foi apresentada aqui, inicialmente, pela deputada Maria del Carmen, que será a relatora. Depois, nós entendemos que o governo do estado deveria encaminhar. Foi encaminhada para cá, faltou um item, nós pactuamos um acordo também com relação ao comando da nova Polícia Penal, a redação foi pactuada com eles e com a Oposição.

Então, a minha sugestão, deputado Robinson, porque eles estão aqui, e tem uma atividade, é que a gente interrompa este momento, vote a PEC, que é por acordo, vote também a PEC do nosso deputado Marquinho Viana, que é a PEC do Orçamento, e logo depois a gente complementa os tempos e entre na Ordem do Dia. Pode ser assim?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, vamos ouvir o líder deputado Alan, saber se ele concorda.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, a gente já vinha amadurecendo isso desde a semana passada. Hoje, acordamos votar a criação da Polícia Penal já com a emenda colocada, o deputado Rosemberg já conseguiu fazer a complementação, e nós, toda a Bancada da Oposição, por acordo, permitiremos, sim, a votação, agora, da criação da Polícia Penal e, imediatamente, a PEC do Orçamento, do deputado Marquinho Viana, o que já estava acordado há mais de 1 mês.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Conforme acordo das bancadas para votarmos logo o projeto da Polícia Penal, solicito ao secretário da Mesa, Carlinhos, que traga este projeto.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Conforme acordo entre as lideranças do Governo e da Minoria, coloco em votação, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 168/2023, procedente do Poder Executivo, que altera os artigos 70, 77 e 146, acresce o art. 148-B, todos da Constituição do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Para relatar, a deputada Maria del Carmen.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, enquanto ela se desloca, queria aproveitar para convidar todos os deputados e deputadas a se fazerem presentes porque é um momento importante. Nós estamos criando uma polícia penal no estado da Bahia, e eu queria chamar todos os deputados e deputadas que estão nos seus gabinetes, no cafezinho, para se fazerem presentes, porque precisamos ter 38 votos aqui para aprovar as duas PECs.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, a deputada Maria del Carmen.

A Sr.^a MARIA DEL CARMEN: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, galerias, que recebem hoje um número considerável de membros do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado da Bahia, hoje, a partir de agora, Sinsppeb, saúdo o seu presidente e seus diretores pela luta que tiveram durante todos esses anos na tentativa de garantir que a Bahia também tivesse a sua polícia penal.

Então, vamos ao parecer da emenda constitucional.

(Lê) “*Parecer*

Da Comissão de Constituição e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº 168/2023, de autoria do Poder Executivo, a qual ‘Altera os arts. 70, 77 e 146, acresce o art. 148-B, todos da Constituição do Estado da Bahia, e dá outras providências.’

Apresenta, para apreciação da Assembleia Legislativa, o Excelentíssimo Senhor Governador, a Proposta de Emenda à Constituição nº 168/2023, instituindo, no Estado da Bahia, a Polícia Penal, à qual caberá a segurança dos estabelecimentos penais, em conformidade à Emenda à Constituição Federal nº 104, de 4 de dezembro de 2019.

Estruturada em carreira, a Polícia Penal terá seus cargos preenchidos através de concurso público e pela transformação dos cargos dos atuais Agentes Penitenciários, e será vinculada ao órgão administrador do sistema penal estadual.

Trata-se, efetivamente, de medida de grande relevância para o fortalecimento do sistema penal, bem como da segurança pública no nosso Estado.

A proposição não recebeu emendas. No entanto, objetivando o seu aperfeiçoamento, apresento, na condição de Relatora, a seguinte emenda:

Emenda da Relatora:

O art. 148-B, cuja inclusão ao texto da Constituição do Estado da Bahia é proposta através do art. 1º desta PEC nº 168/2023, passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 1º -

.....

‘Art. 148-B - À polícia penal, vinculada ao órgão administrador do sistema penal estadual, dirigida por policial penal de carreira, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

.....

..... ’ (NR)

Justificativa: A presente emenda destina-se a explicitar que a polícia penal será dirigida por policial penal de carreira do Estado.

Ante o exposto, e considerando... que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além do seu caráter de grande mérito, opino pela aprovação com a modificação introduzida pela Emenda da Relatora.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.

Deputada Maria del Carmen”

Parabéns à categoria que hoje se transforma em Polícia Penal. Sucesso!!

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o relatório da deputada Maria del Carmen no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado pela totalidade dos presentes aqui na Casa. Aprovada, **em primeiro turno, a PEC 168/2023 com a modificação introduzida pela Emenda de Relatora.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 168/2023

Altera os arts. 70, 77 e 146, acresce o art. 148-B, todos da Constituição do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º - Os dispositivos da Constituição do Estado da Bahia, abaixo indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70 -
.....

XXII - Organização, garantias, direitos e deveres das Polícias Civil e Penal;

.....” (NR)

“Art. 77 -
.....

I - fixação ou modificação dos efetivos da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e da Polícia Penal;

.....” (NR)

“Art. 146 -
.....

§ 1º - Lei disciplinará a organização e funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública cujas atividades serão concentradas em órgão único de administração, a nível de Secretaria de Estado, exceto quanto à Polícia Penal, que será vinculada ao órgão administrador do sistema penal estadual.

.....” (NR)

“Art. 148-B - À polícia penal, vinculada ao órgão administrador do sistema penal estadual, dirigida por policial penal de carreira, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

Parágrafo único - A Polícia Penal é estruturada em carreira, cujo ingresso se dará através de concurso público.” (NR)

Art. 2º - O preenchimento do quadro da Polícia Penal do Estado da Bahia se dará através de concurso público e pela transformação dos cargos dos atuais Agentes Penitenciários, na forma da lei.

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2023.

Deputada Maria del Carmen
Relatora

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Dr. Diego Castro: Questão de ordem, presidente.

Participantes das galerias: Diego! Diego! Diego!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Diego.

O Sr. Dr. Diego Castro: Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar esta Casa pelo dia de hoje. A Bahia deu um grande salto para a segurança pública com a aprovação desse projeto. E parabenizar todos os policiais penais do estado da Bahia!

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Hilton Coelho: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. Diego Castro: Tenho muito orgulho, presidente, em dizer que...

Sr. Rosenberg Pinto (fora do microfone): Que vai ser “Polícia Penal”. (Risos)

O Sr. Dr. Diego Castro: (...) vai ser “Polícia Penal”, líder. Parabéns pelo seu trabalho também. (Risos)

Sr.^a Dra. Fabíola Mansur (fora do microfone): Chamando de líder... (Risos)

O Sr. Dr. Diego Castro: O líder do Governo. (Risos)

Foi entendido nesta Casa que, acima de tudo, questões humanitárias não têm lado ideológico, a da criação da Polícia Penal é uma delas, vai contribuir para o nosso sistema de segurança pública.

Tenho muito orgulho em dizer que comprei essa briga, essa pauta estava há 20 anos em tramitação, houve o entendimento, se avançou, e eu tenho certeza de que a Bahia, com essa criação – agora, é esperar a sanção do governador –, vai começar a entrar nos eixos da segurança pública.

Polícia Penal, parabéns! Vocês escreveram história nos livros do estado da Bahia.

(As galerias se manifestam com palmas.)

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aprovado.

Próximo projeto, (lê) “*Proposta de Emenda Constitucional nº 167/2023, de autoria do Dep. Marquinho Viana, que dá nova redação ao inciso I do § 9º e ao § 10 do art. 160 da Constituição do Estado da Bahia.*”

Para relatar, o grande e nobre deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa que acompanham a sessão, as galerias, um abraço a todos os lutadores que conseguiram a aprovação dessa importante medida, que é a criação da Polícia Penal, eu venho aqui relatar o parecer da Emenda Constitucional nº 167/2023, de autoria do colega, o deputado Marquinho Viana.

(Lê) “Aditamento ao Parecer

Da Comissão de Constituição e Justiça, à Proposta de Emenda à Constituição nº 167/2023, de autoria do Deputado Marquinho Viana, com apoio de 33 outros Parlamentares signatários, a qual ‘dá nova redação ao inciso I do § 9º e ao § 10 do art. 160 da Constituição do Estado da Bahia.’

Cabe-me, na condição de Relator, propor o presente aditamento ao parecer aprovado na Comissão de Constituição e Justiça à Proposta de Emenda à Constituição nº 167/2023.

Ocorre que, após a apreciação do parecer original, continuou-se o processo de discussão entre os Senhores Parlamentares, no objetivo principal do aperfeiçoamento da proposição, decidindo-se por estabelecer uma progressividade para sua execução no âmbito do Poder Executivo, ao tempo em que se procurou manter a destinação de uma parcela dos recursos para aplicação no setor educacional público, a ser efetivado através de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Após chegarmos a uma nova definição nesses aspectos, acordaram as lideranças partidárias, em comum com este Relator, bem como com a Mesa Diretora e a Comissão de Constituição e Justiça, com a elaboração da nova proposta de redação final da PEC, a qual trago agora à apreciação do Plenário sob a forma da emenda a seguir proposta, tornando sem efeito a emenda de Relator anteriormente elaborada:

Emenda de Relator:

A Proposta de Emenda à Constituição nº 167/2023 passa a ter a seguinte redação:

‘Art. 1º - O inciso I do § 9º e o § 10 do art. 160 da Constituição do Estado da Bahia passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 160 -

§ 9º -

I - aprovadas no limite correspondente a 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, reservados 50% (cinquenta por cento) desses recursos para aplicação em ações e serviços de saúde, enquanto outros 15% (quinze por cento) serão destinados à área da educação;

§ 10 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, do valor incluído em Lei Orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente a 1,0% (um por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, observada a distribuição prevista no inciso I do § 9º deste artigo.

Art. 2º - Para o exercício de 2024, o percentual estabelecido no inciso I do § 9º e no § 10 do art. 160 será de 0,70% (setenta centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, observada a distribuição estabelecida no inciso I do § 9º.

Art. 3º - Esta Emenda à Constituição Estadual entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa:

Como acima afirmado, a presente emenda destina-se a estabelecer uma progressividade para execução da medida proposta no âmbito do Poder Executivo, ao

tempo em que se procurou manter a destinação de uma parcela dos recursos para aplicação no setor educacional público.

Ante o exposto, apresento para deliberação da douta Comissão de Constituição e Justiça o presente Aditamento ao Parecer.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.

Deputado Robinson Almeida

Relator”

Esse é o entendimento do relator, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o aditamento ao parecer do relator, o deputado Robinson Almeida, que acabou de ser lido.

Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com o voto contrário do deputado Hilton Coelho. Portanto, acaba de ser aprovada em primeiro turno a **PEC 167/2023 com a modificação introduzida pela Emenda de Relator.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 167/2023

Dá nova redação ao inciso I do § 9º e ao § 10 do art. 160 da Constituição do Estado da Bahia.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição prevista no § 3º do art. 74 da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º - O inciso I do § 9º e o § 10 do art. 160 da Constituição do Estado da Bahia passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 160 -

.....

§ 9º -

I – aprovadas no limite correspondente a 1,00% (um por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, reservados 50% (cinquenta por cento) desses recursos para aplicação em ações e serviços de saúde, enquanto outros 15% (quinze por cento) serão destinados à área da educação;

.....
§ 10 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma isonômica, do valor incluído em Lei Orçamentária por emendas individuais, em montante correspondente a 1,00% (um por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, observada a distribuição prevista no inciso I do § 9º deste artigo”. (NR)

Art. 2º - Para o exercício de 2024, o percentual estabelecido no inciso I do § 9º e no § 10 do art. 160 será de 0,70% (setenta centésimos por cento) da Receita Corrente Líquida realizada no exercício anterior, observada a distribuição estabelecida no inciso I do § 9º.

Art. 3º - Esta Emenda à Constituição Estadual entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2023.

Deputado Robinson Almeida
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Encerrarei, logo a seguir, esta sessão e convocarei outra imediatamente. Depois, a gente volta – foi por acordo – à sessão normal porque a gente precisa votar em dois turnos tanto o projeto dos policiais penais quanto essa emenda que acabou de ser relatada pelo deputado Robinson Almeida.

Declaro encerrada a presente sessão e convocarei logo outra a seguir.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Jr, Cláudia Oliveira, Eduardo Alencar justificada, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Ivana Bastos, Luciano Simões Filho, Rogério Andrade e Tiago Correia (10).

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.